

# O ENSINO DE HISTÓRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

**Andreza Bentes Mendes**

## **Resumo:**

As séries de transformações que ocorreram nos últimos anos afetaram tanto as escolas regulares como também a modalidade destinada às crianças com deficiência atendidas em instituições de ensino especializado. Tais mudanças fizeram com que fosse necessário repensar os currículos, os métodos, técnicas e recursos educativos. Por meio de questionários aplicados a cinco professores de quatro escolas do município foi possível verificar a disponibilidade de recursos didáticos e como estes são aplicados ao ensino de História para alunos com deficiência visual, mostrando a importância do uso destes, refletindo ainda sobre as dificuldades do docente em lidar com o aluno que não consegue acompanhar as aulas como deveria, sendo muitas vezes discriminado e deixado de lado sem ajuda alguma.

**Palavra-chave:** Ensino de História; Deficiência Visual; Braille.

## **Introdução:**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso discorre sobre um assunto de muita importância no processo educacional: “O ensino de história para aluno com deficiência visual”. O tema foi escolhido, pois eu trabalho na Secretaria de Educação Municipal – SEMED no setor da educação inclusiva, embora eu trabalhe com criança autista, tenho graduação em pedagogia e durante o período de estágio do mesmo tive contato com crianças com deficiências, entre elas está a deficiência visual. Notei a preocupação da professora em transmitir o aprendizado e ainda o trabalho de conclusão foi sobre o ensino de braille nas series iniciais no ensino fundamental. Por isso fez-se necessário levar uma discussão acerca deste tema que tem se tornado tão complexo no contexto escolar.

A educação escolar brasileira sofreu uma série de transformações nesses últimos anos, tais mudanças afetaram em escolas regulares como, também, a modalidade destinada às crianças com necessidades educacionais especiais atendidas em instituições de ensino especializados. Com as mudanças que ocorreram na educação, surge a necessidade de repensar os currículos, os métodos, técnicas, recursos educativos para atender às necessidades educacionais dos alunos com deficiência visual.

Desse modo, a escola inclusiva é parte integrante para a necessidade da sociedade se adaptar de forma que atenda as diversidades de todas as pessoas, sem distinção. No caso de ter um aluno cego com o uso do sistema Braille, e ainda outros tipos de recursos que podem ser trabalhados com o aluno deficiente visual em sala de aula, e ter sucesso quando trabalhado em acordo com a escola e a família.

Nesse sentido como se dá esse atendimento, quais as técnicas, métodos ou recursos têm sido utilizados pelos professores para proporcionar o ensino de História? Possuem recursos materiais pedagógicos para oferecer uma educação de qualidade? O que poderia ser melhorado? Quais as dificuldades e avanços encontrados por estes professores?

Partindo dessas questões, para buscar respostas ao questionário. Botelho (2013) diz que no momento da elaboração do questionário, o pesquisador deve ter clareza da necessidade de incluir um número suficiente de questões para obter os dados que ele precisará. O questionário utilizado nesta pesquisa foi levantado nas escolas que atendem essa demanda de alunos. As escolas que foram escolhidas possuem sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE. As Escolas foram: Escola Estadual “São José”, localizado no bairro de São José; Escola Estadual “Dom Gino Malvestio”, no bairro de Paulo Correa; Escola Municipal Charles Garcia”, no bairro de Santa Rita de Cássia; Escola Estadual Glauber Viana Goncalves – Sociedade Pestalozzi de Parintins, no centro da cidade.

Este trabalho mostra a importância do uso de recursos didáticos adaptados em aulas de História para deficientes visuais, em que reflete sobre as dificuldades do docente em lidar com o aluno que não consegue acompanhar as aulas como deveria, que muitas vezes é discriminado e deixado de lado sem ajuda alguma.

## **O deficiente visual.**

A deficiência visual é caracterizada pela perda parcial ou total da capacidade visual em ambos os olhos, levando o indivíduo a uma limitação em seu desempenho habitual. A deficiência visual tanto pode ser congênita ou adquirida. A congênita ocorre desde o nascimento, já a adquirida ocorre posteriormente devido alguma doença ou acidente. O deficiente visual é aquele que perde totalmente ou parcialmente a visão, com a perda de Percepção Luminosa (PL) (SÁ, CAMPOS, SILVA, 2007). A ‘deficiência visual’ vai da cegueira até a visão subnormal ou baixa visão. A pessoa com baixa visão apenas

distingue vultos, a claridade, ou objetos a pouca distância. A visão se apresenta embaçada, diminuída, restrita em seu campo visual ou prejudicada de algum modo (GIL, 2000, p. 7).

No Brasil, pelo Decreto 3.298, de dezembro de 1999, no Art. 4º é considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias, § III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações; (tabela de Snellen<sup>1</sup>). Pode ser feita também com figuras, usada principalmente para crianças, pois elas talvez não consigam diferenciar as letras, ou seja, ainda estão na fase de serem alfabetizadas. Assim, a deficiência visual abrange desde a baixa visão até a cegueira.

DESIGNAÇÃO	H (mm)	
20/200	88,72	
20/100	44,36	
20/80	35,49	
20/60	26,62	
20/50	22,11	
20/40	17,74	
20/30	13,24	
20/20	8,87	NORMAL
20/15	6,69	
20/10	4,44	

Tabela de Snellen

Pelo Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, o art. 4 do Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 4 §III- deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a

<sup>1</sup> A tabela de Snellen, também conhecida como optótipo de Snellen ou escala optométrica de Snellen é um diagrama utilizado para avaliar a acuidade visual de uma pessoa. Há dois tipos de versões principais: a tradicional, com letras, e a utilizada para pessoas analfabetas, que se constitui da letra "E" com variação de rotação como "и", em que se pede à pessoa que indique para que lado a letra está.

somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

## **HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NO ENSINO REGULAR**

Criada por Louis Braille na França no ano de 1825, um jovem cego, o Sistema Braille é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas. Onde registram inúmeras tentativas, para proporcionar as pessoas cegas condições de ler e escrever.

Em Paris por volta de 1770, um abade de nome Charles Epplié fundou uma instituição especializada para a educação de cegos, iniciando assim o processo de educação do deficiente visual com o alfabeto manual, que utilizava letras em relevo para ensinar os cegos. Em 1784 Valentín Haiüy que fundou em Instituto Nationale de Jeunes Aveugles (Instituto Nacional dos Jovens Cegos) com representação dos caracteres comuns com linhas em alto relevo, adaptado onde os estudantes cegos tinham acesso apenas à leitura, onde Louis Braille estudou.

Em 1819 o oficial do exército francês Charles Barbier, criou um método que consistia em possibilitar a comunicação, Charles Barbier que desenvolveu um processo de escrita para transmitir mensagem à noite sem a utilização de luz durante a guerra.

Barbier levou seu invento para ser experimentado com as pessoas cegas do Instituto dos Jovens Cegos. Em 1824, Louis Braille, jovem estudante, tomou conhecimento dessa invenção desenvolvida por Charles Barbier, que baseava em doze sinais, compreendendo linhas e pontos salientes, representando sílabas na língua francesa. Louis Braille adaptou o código Barbier criando assim o método Braille baseado em seis pontos em relevo possibilitando dessa forma sessenta e três combinações. O invento de Barbier não foi criado ao que se propunha, inicialmente, porém revolucionou ensino dos estudantes cegos.

A significação tátil dos pontos em relevo do invento de Barbier foi a base para a criação do Sistema Braille, utilizando seis pontos em relevo dispostos em duas colunas, possibilita a formação de 63 símbolos diferentes, usados em textos literários nos diversos idiomas, como também nas simbologias matemática e científica em geral. A combinação é obtida pela disposição de seis pontos, organizado em duas colunas, na cela Braille a coluna

da esquerda possui os pontos 1, 2 e 3, e a da direita os pontos 4, 5 e 6. A partir da invenção do Sistema Braille ampliou estudos que resultaram a estrutura básica do sistema, que ainda hoje é utilizada para obter todos os sinais necessários à escrita: letras do alfabeto, sinais de pontuação, maiúsculas e minúsculas, símbolos de Matemática, Física, Química e notação musical.<sup>2</sup>

### Alfabeto Braille

Cela Braille

a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
1	12	14	145	15	124	1245	125	24	245
k	l	m	n	o	p	q	r	s	t
13	123	134	1345	135	1234	12345	1235	234	2345
u	v	x	y	z	ç	é	á	è	ú
136	1236	1346	13456	1356	12346	123456	12356	2346	23456
â	ê	î	ô	@	à	ÿ	ü	õ	w
16	126	146	1456	156	1246	12456	1256	246	2456
,	;	:	/	?	!	=	“	”	*
2	23	25	256	26	235	2356	236	356	35
í	ã	ó	Sinal de número		.	-	Sinal de letra maiúscula		ˆ
34	345	346	3456		3	36	46		6
1	2	3	4	5					
1	12	14	145	15					
6	7	8	9	0					
124	1245	125	24	245					

Alfabeto em Braille

<sup>2</sup> Historia do Braille. Fonte: disponível em: <<http://camararadeparaguacu.mg.gov.br>2014/01.

A inclusão da educação da pessoa com deficiência na política educacional brasileira faz necessário para garantir o direito de conviver socialmente com os demais educandos para favorecer seu desempenho.

Conforme o Artigo 58º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (LDB, Art. 58)

A educação especial no Brasil surgiu partir da Constituição Federal (1988) no Art. 208: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: §III atendimento educacional especializado aos <sup>3</sup>portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Mesmo que a legislação brasileira assegure a matrícula da pessoa com deficiência nas escolas regulares, muitas das crianças com deficiência visual não frequentam a escola regular.

A Comissão Brasileira do Braille, criada pela Portaria 319, de 26 de fevereiro de 1999, elaborou normas técnicas para produção de textos em braille, que propõe normas e regulamentações concernentes ao uso, ensino e produção do Sistema Braille no Brasil (Lemos, 2006), visando a unificação das aplicações do Sistema Braille, que visam atingir os seguintes objetivos:

---

<sup>3</sup> Até a década de 1980, a sociedade utilizava termos como "aleijado", "defeituoso", "incapacitado", "inválido"... Passou-se a utilizar o termo “deficiente”, por influência do Ano Internacional e da Década das Pessoas Deficientes, estabelecido pela ONU, apenas a partir de 1981. Em meados dos anos 1980, entraram em uso as expressões "pessoa portadora de deficiência" e "portadores de deficiência". Por volta da metade da década de 1990, a terminologia utilizada passou a ser "pessoas com deficiência", que permanece até hoje. Fonte: Disponível em <<<https://www.selursocial.org.br/porque.html>>>.

1. Padronizar as formas de aplicação do Sistema Braille para que os livros produzidos por meio desse sistema de escrita continuem sendo o principal instrumento de educação para as pessoas cegas no Brasil. 2. Oferecer aos profissionais que produzem livros em Braille, orientações técnicas que tornem mais simples suas tarefas de adaptar, transcrever e revisar, especialmente os livros didáticos. 3. Permitir que os livros didáticos em braille possam, tanto quanto possível, transmitir aos alunos cegos as mesmas informações e experiências que os livros didáticos em tinta transmitem aos demais alunos (LEMOS, 2006).

Tais normas técnicas visam apresentar determinado dado básico para obtenção do trabalho de transcrição de recursos materiais de um livro Braille de boa qualidade. Prevalendo-se das normas, o professor contribui para que esse aluno possa realizar transferências e abstrações em temas relacionados às disciplinas, tomando o processo educacional acessível, visando à formação de um cidadão.

É preciso que o professor busque meios que possibilitem aos alunos com deficiência visual compreender os conteúdos de maneira clara, utilizando recursos didáticos adaptados possibilitando a esses educandos manipularem o material referente ao assunto discutido em sala de aula.

## **O ENSINO DE HISTÓRIA PARA DEFICIENTES VISUAIS**

É um desafio estabelecer um diálogo entre o passado e o presente e ao mesmo tempo perspectivar o futuro, a partir da consciência histórica. Alternativas de atribuir sentido na vida dos sujeitos e fazê-los refletir. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de História (1998): “O saber histórico tem, desse modo, possibilitado e fundamentado alternativas para métodos de ensino e recursos didáticos, principalmente para valorizar o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem”.

A pessoa com deficiência visual tem garantido o acesso às informações, podendo descobrir, perceber os espaços e organizar os elementos. A produção de recursos didáticos sensoriais que permitam ser percebidos pelo tato, mesmo o uso do áudio descritivo. Ou outros recursos favoreçam a aprendizagem significativa dos demais sentidos.

[...] ensino de História que privilegia a autonomia e a reflexão do professor na escolha dos conteúdos e métodos de ensino. É igualmente uma concepção metodológica de ensino de História que incentiva o docente a criar intervenções pedagógicas significativas para a aprendizagem dos estudantes e que valoriza reflexões sobre as relações que a História, principalmente a História do Brasil, estabelece com a realidade social vivida pelo aluno. (Parâmetros Curriculares Nacionais 1998)

Para contribuir para que o aluno possa realizar tais atividades relacionadas a história na sala de aula, o professor precisa tornar esse processo educacional de ensino-aprendizagem mais acessível possível, visando o desenvolvimento de um indivíduo participativo e crítico diante da realidade atual.

O desafio ainda é maior quando os conteúdos são trabalhados com deficientes visuais. Por meio das observações realizadas, constatou-se que, na maioria das vezes, as dificuldades não estão relacionadas à questão cognitiva dos alunos, mas à falta de materiais de História adaptados às capacidades perceptivas desse alunado (PAIXÃO, 2007)

A escola que recebe alunos com deficiência visual precisa promover a aprendizagem de todos, o aluno cego e o com baixa visão ficam prejudicados pela falta de material didático, levando os empecilhos da acessibilidade dos conhecimentos. Segundo Profeta (2007) maior parte dos educadores do ensino regular desconhece como lidar com alunos com deficiência visual, os professores ainda se sentem despreparados para atender esses alunos, é necessário rever as metodologias para desenvolver potencialidades desses alunos.

[...] o aluno consegue se relacionar com as novas práticas e experiências educacionais, quando tem motivação e disposição para aprender, quando materiais e conteúdos têm significado potencial e lógico a ele, quando as adaptações físicas estão adequadas a ele, quando os recursos didático-pedagógicos lhe possibilitam o aprendizado, assim como toda a organização de atividades específicas e estratégias de ensino que são oferecidas (PROFETA, 2007, p. 2016)

Cabe lembrar que é compromisso do professor especializado ou da própria sala de aula comum elaborar estratégias didáticas e/ou adaptação de material didático para promover a aprendizagem dos conteúdos para com alunos com deficiência. A falta de materiais didáticos para estudar, pode ser suprida com materiais acessíveis de baixo custo, criando condições para que estes possam elaborar narrativas de contexto histórico. Profeta (2007) ainda destaca que a maior dificuldade da pessoa com deficiência visual é a falta de adaptação de material didático, o que prejudica no desempenho desse processo, o material didático adequado permite a estes alunos o acesso do conteúdo com a mesma qualidade que os alunos videntes, além de proporcionar compreensão do conteúdo.

Segundo o portal do MEC os alunos cegos do ensino fundamental, matriculados na rede pública ou em escolas especializadas, receberão livros didáticos em braile, por meio do convênio com a Fundação Dorina Nowill para Cegos, o Ministério da Educação, está investindo R\$ 2,6 milhões na produção de 70 mil exemplares em braile, com títulos de matemática, português, história, geografia e ciências. O Programa Nacional do Livro

Didático PNLD 2016-2017-2018 disponibilizou livros em braille do ensino de história para ser impressos no software Braille Fácil, como os livros: Buriti História - 4º ano Buriti História - 5º ano Ápis História - 4º ano Ápis História - 5º ano.

Dispõe, também, de títulos paradidáticos em diversos gêneros literários como romances e outros textos com exemplares com ilustrações em relevo, permitindo as diferentes texturas dos materiais empregados didáticos. Com vários gêneros textuais como crônicas, romances, poesias. Livros áudio descritivo, que abrangem os mais diversos e atende tanto público infantil e adulto. São revistas, boletins e folhetos. E ainda oferecem às pessoas com deficiência visual mais uma opção de acesso à informação como os livros e revistas em áudio no formato MP3 que facilite o uso e proporcione as técnicas do áudio descrição, para garantir a qualidade, a compreensão e a total acessibilidade do material, como tocadores de mp3 e fones de ouvido, equipamentos de som, cds, jogos adaptados, equipamentos para escrita e cálculo, máquinas de datilografia Braille, regletes e punções, sorobãs, equipamentos para ampliação de imagens e de textos, além de computadores com sintetizadores de voz que possibilitam a audição do que está escrito na tela. Processo em que o livro físico é digitalizado para a audição através de meios informatizados.

Ainda que ocorram vários indícios para que haja a inclusão percebe que os alunos com deficiências encontram muitas dificuldades, desde a estrutura da escola até a dificuldade do próprio aluno, formação do professor e materiais didáticos específicos.

## **ANALISE DOS QUESTIONÁRIOS**

Para perceber como é realizado o atendimento ao deficiente visual nas escolas de Parintins, fiz uma pesquisa através de questionários aplicados aos professores da sala de recursos. Esses questionários eram semiabertos e foram aplicados com quatro professores das escolas da rede estadual e uma escola da rede municipal, sendo elas Escola São Jose Operário, Dom Gino Malvestio, Pestalozzi e Charles Garcia respectivamente. Ao todo foram feitos cinco questionários, pois na escola Dom Gino, há dois professores da sala de recursos.

Professor	Como se da o atendimento? Se há todos os recursos necessários?
-----------	--

São José	É realizado no contra turno, organizado com 2 horas de atendimento ou conforme a necessidade do aluno, variando também para 3hrs e ou 1hr, durante 2 ou 3 dias na semana. Os recursos são organizados conforme as habilidades percebidas no aluno a partir de materiais direcionados, mais existem alguns já específicos como, por exemplo: maquinas em Braille quando o aluno já é braillista, programa DOSVOX. <sup>4</sup>
Dom Gino	O atendimento a aluna se dá por meio de adaptação dos conteúdos em Braille, materiais concretos feito em diferentes texturas e materiais. Temos também aplicativos instalados notebook próprio para aluna. Ainda não temos todos os recursos, entretanto fazemos as adaptações dos materiais que estão disponíveis na escola de acordo com necessidade dos alunos.
Dom Gino	O atendimento aos alunos com deficiência visual e as demais, é feita de modo complementar ou suplementar ao da sala de ensino comum. Trabalhamos a partir do que o aluno traz e elaboramos as estratégias para que os mesmos ainda possam aprender. Os recursos são de acordo com a necessidade e confeccionados a partir dos assuntos da sala de aula com os professores das disciplinas. São feitos os ajustes para o bem estar de todos.
Pestalozzi	Em primeiro lugar conquistar os alunos, para ter a confiança, depois ensinar as disciplinas, orientação e mobilidade, estimulação visual se tiver baixa visão, estimulação tátil se for cego é muito necessário , a escola não esta totalmente adaptada, mas vão se adaptando , o trabalho escrito, o aluno digita os trabalhos na maquina em braille.
Charles Garcia	Em nossa escola há recursos que tem dado resultados positivos, mas ainda precisamos melhorar nossas praticas pedagógicas quando se trata de alunos com deficiência. Principalmente quando falamos da baixa visão ou do cego visual. Percebo que na maioria das

<sup>4</sup> DOSVOX: sistema operacional que realiza a comunicação do deficiente visual através de síntese de voz. Possui um conjunto de ferramentas e aplicativos próprios além de agenda, chat e jogos interativos, leitores simplificados de tela para Windows, programas sonoro para acesso da internet.

	salas regulares muitos professores não estão e precisam encontrar recursos necessários para oferecer ao aluno.
--	--

Todas as escolas que foram aplicadas o questionários possuem salas de recursos multifuncionais AEE<sup>5</sup>, e possui alunos com outras deficiências. Na escola do município, tem a máquina de escrever em Braille assim como outros recursos destinados a esses alunos devendo ser inseridos em situações e vivências cotidianas que estimulem a exploração e desenvolvimento pleno dos outros sentidos. E nas escolas do estado além de possuírem a máquina de escrever em Braille também conta com a impressora em Braille, os recursos disponíveis possibilitam a aprendizagem significativa com o auxílio dos equipamentos e jogos pedagógicos contribuem para que as situações de aprendizagem sejam mais favoráveis.

O Braille é sem dúvida indispensável na vida dos deficientes visuais, é uma das técnicas mais completas para realização da leitura do deficiente visual. Percebeu-se, no entanto, que a maior barreira na utilização desse método é a falta de prática de seus usuários, pois quanto maior a escolaridade é maior a frequência de seu uso e menor o índice de queixas em relação ao sistema Braille.

E conta ainda com o auxílio dos recursos tecnológicos que facilitam as atividades e possibilitam a comunicação, acesso ao conhecimento com os programas de leitores de tela com síntese de voz, concebidos para usuários cegos, que possibilitam a navegação na internet, o uso do correio eletrônico, o processamento de textos, de planilhas e uma infinidade de aplicativos operados por meio de comandos de teclado que dispensam o uso do mouse. Entre os programas mais conhecidos no Brasil, o DOSVOX.

O questionário também foi aplicado na Pestalozzi, mesmo não sendo uma escola do ensino regular, visto que grande parcela de deficientes visuais já passou por este educandário, atualmente a escola conta somente com 01 aluno com deficiência visual, já que a legislação assegura a inclusão dos alunos com deficiência às escolas e classes comuns do ensino regular, a Declaração de Salamanca de 1994 diz que todas as escolas devem receber toda a criança independente das condições físicas, intelectuais e sociais.

---

<sup>5</sup> Atendimento de Educação Especializado que perpassa todos os níveis e etapas e todas as modalidades desde a Educação Básica até o ensino superior, que se destina a alunos com deficiência física, deficiência mental, alunos com surdez, cegueira, baixa visão, surdo-cegueira, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O AEE complementa/suplementa a formação do aluno visando sua autonomia e independência na escola e fora dela.

O questionário foi realizado pelos professores da sala de recurso, visto que quando o aluno apresenta dificuldade na disciplina de história ou em qualquer outra, os alunos são enviados para a sala de recurso para tirar as duvidas.

O atendimento é realizado nas salas de recursos multifuncionais da própria escola do aluno, para que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas, atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino (ROPOLI, 2010, p. 17).

Para identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras que os alunos apresentam, considerando que cada aluno tem suas necessidades específicas, e de acordo com grau de dificuldade são estabelecidos horários de atendimento, que é sempre no contra turno, pois a legislação veda a retirada do aluno de sala de aula.

As salas possuem tecnologia assistiva e materiais pedagógicos acessíveis, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos com deficiência. Ensinar e usar recursos como computadores, impressora em braille, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, também dispõe tecnologia assistiva de baixo custo, que são os materiais produzidos e adaptados pela sala de recurso como reciclagem de materiais para que contribua com ensino-aprendizagem de cada aluno.

Professor	O que poderia melhorar?
São José	É muito difícil elencar, pois, cada aluno possui suas próprias necessidades, estando no mesmo grupo. As possibilidades sempre terão de ser apontadas, como ponto de partida, não como única receita.
Dom Gino	Em termos de acessibilidade temos muito a melhorar, nossa escola ainda precisa de muitas adaptações físicas para facilitar a independência dos alunos. A escola precisa de piso tátil, placas em braille e também de alguns materiais tecnológicos novos.
Dom Gino	As melhorias pedagógicas se tornam um processo

	gradual pois a comunicação entre aluno com deficiência e os demais sem deficiência, dependera das habilidades dos docentes, estes precisam ser inclusivos desde o material ate suas aulas.
Pestalozzi	Para atingir a autonomia, estimulação tátil, a parit da estrutura da escola, formação continuada do professor para conseguir levar o aprendizado ao aluno com deficiência visual, a cidade também se adaptar as necessidades, incentivo do governo para que faça cumpri a lei.
Charles Garcia	Melhorar o espaço físico das escolas, oferecendo ao aluno condições de acessibilidade, também é necessário o professor esta em formação constante, buscar estratégias para desenvolver em sala de aula, e acima de tudo devemos quebrar o preconceito e aceitar que todos nos somos iguais.

Todos os professores concordaram quanto ao espaço físico, a estrutura das escolas precisa de adequações, desse modo oferecendo ao aluno com deficiência visual condições de acessibilidade para facilitar a independência e autonomia dos alunos, já que a configuração do espaço físico não é percebida de forma imediata por alunos cegos, tal como ocorre com os videntes, a pessoas que enxergam.

A estrutura observada nas escolas apresentam inadequadas ao alunos com deficiência visual, como a falta o piso tátil e placas em Braille, que possibilitaram o conhecimento e as informações de forma processual através da exploração da sala de aula, trajeto rotineiro dos alunos desde a entrada no colégio e as demais dependências da escolas, apresentam degraus e faltas de barras de corrimão para auxilia-los. O MEC disponibiliza alguns acervos didáticos para as disciplinas, porem ainda falta materiais direcionados para assuntos específicos.

Ainda destacaram a importância da formação continuada, a formação do professor, que deve buscar melhorias em suas práticas pedagógicas para conseguir incentivar o aprendizado ao cego. Estes precisam ser inclusivos desde seus materiais didáticos até na exposição de suas aulas, sempre buscando estratégias para o desenvolvimento em sala de aula. Porque há poucos professores preparados para lidar com a cegueira ou baixa visão ainda o que dificulta é falta de adaptação do material didático apropriado e promover a ações que preparem os educadores para receber esses alunos em suas salas de aula e para

a formação continuada dos professores do AEE para melhor atender a seus alunos. O ensino da disciplina de História em questão é apenas falado em sala de aula muitas vezes sem qualquer suporte para o aluno com deficiência, que por sua vez são encaminhados para sala de recurso.

Elencaram ainda outros fatores para que esse atendimento ao deficiente visual seja melhorado, como a quebra do preconceito para o deficiente visual, que precisam ser desconstruídos para que possam reconhecer e conhecer condição do cego ou baixa-visão, de como a sociedade os vê. Preconceito este que muitas vezes se nutre pela falta de informação das pessoas, dos colegas e dos próprios professores; cada aluno tem sua necessidade mesmo estando na mesma condição cada um tem sua especificidade, cada aluno tem um projeto individualizado a partir da avaliação de suas necessidades, habilidades pessoais e do contexto escolar, não cabendo à mesma didática para todos.

E ainda a questão do direito de ir e vir, incentivo por parte do governo para que faça cumprir a lei para a cidade se adaptar às necessidades dos deficientes. O Brasil possui o Decreto-Lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, também conhecido como Lei de Acessibilidade (Arumã, 2018), neste documento estipula prazos e regulamenta o atendimento a necessidades específicas de pessoas com deficiência e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra com destinação pública ou coletiva.

## **CONCLUSÃO**

Os sistemas de ensino para o estudante cego e com baixa visão nas escolas de Parintins precisam ser superados, essas barreiras que ainda se tornam presente nas salas de aula, sejam elas na disciplina de história ou em outra disciplina, torna-se indispensável à produção de recursos didáticos adaptados sensoriais, algo que se torna muito comum nas escolas da cidade visto que ainda há uma carência em assuntos específicos, com o baixo custo para realizados e alguns destes materiais conseguem atingir o objetivo desejado. Pois ainda em relação à disciplina de História, os professores de história que ainda tem muita dificuldade no ensino-aprendizagem.

Considera de muita relevância a atuação dos governos federais, estaduais e municipal para que haja essa inclusão escolar e também social, pois ainda percebemos as dificuldades enfrentadas estes indivíduos na cidade de Parintins, embora as escolas

recebam estes alunos nem todas possuem adaptações, como piso tátil ou rampa de acesso, placas de informação em braille facilidade na sua mobilidade autonomia dentro da escola. Ficando claro que ainda são invisíveis suas necessidades, muitas vezes não há pessoas preparadas para trabalhar e compreender às suas necessidades educacionais.

Percebeu-se que os deficientes visuais precisam de materiais didáticos que os aproximem dos conteúdos abordados nas aulas. Ainda faltam muito materiais adequados ao ensino de história, de temas específicos e atualizados. Por meio dessa conexão é possível articular o conhecimento escolar com o cotidiano dos alunos. Portanto, deve estar conectados à realidade do estudante, pois dessa forma ele se identificará como integrante ou sujeito de sua história.

A melhor forma de contribuir com a educação das pessoas com deficiência é investir em capacitação para os profissionais, é necessário rever os objetivos, procedimentos, deve também disponibilizar recursos físicos e materiais voltados às suas necessidades, visto que ainda nos deparamos com muitas barreiras, que necessitam buscar melhorias na educação especial. E ainda repensar nas ações cotidianas, a fim de minimizar os obstáculos, criar ambiente que o aluno fique a vontade na sala. Pois é perceptível em sala de aula a o ensino de história deixa muito a desejar, alguns professores até buscam, mas esbarram na falta do material didático específico ou no próprio método de elaborar/dar suas aulas.

O professor precisa buscar metodologias interativas que possibilitem a aprendizagem adequada. A formação continuada de professores para que se entenda melhor os desafios colocados à educação. Devemos atentar aos métodos e materiais utilizados com aluno deficiente visual, o uso de métodos específicos na operacionalização dos trabalhos sem prejuízos no seu desenvolvimento. Considera-se relevante o uso de materiais pedagógicos que tornem a aprendizagem um momento de prazer. O docente não pode esquecer, quando for criar e confeccionar objetos de ensino, que esses materiais devem ser funcionais para a percepção tátil do aluno cego e do com baixa visão.

Refletir e analisar qual é a melhor maneira de ensinar o deficiente visual, buscando sempre despertar o interesse pelos assuntos abordados, bem como o desenvolvimento da autonomia e aumento da autoestima em seus alunos. Faz-se necessário fazer uma ação pedagógica que leve à apropriação dos conteúdos históricos de forma para atingir os objetivos.

O deficiente visual se percebe inserido no contexto, através dos contatos com o ambiente e os vínculos pessoais que estabelece na escola. O preconceito tem um efeito limitador em relação à autonomia e a liberdade. Algumas ações devem ser tomadas, a escola é um espaço de socialização, que difunde a valorização da diversidade que contribua com a inclusão e a inserção.

## REFERENCIAS

BOTELHO, Joacy Machado; CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes. Metodologia científica. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultural. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: História. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1996.

CARNEJO, Elizabeth. Apostila de Introdução ao Braille. Rio de Janeiro: Secretaria de estado de Ciência, tecnologia e inovação, FAETEC, 2005.

GIL, Marta Gil (org). Deficiência visual. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

Lemos, Edison Ribeiro [et al.]. Normas técnicas para a produção de textos em Braille. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

PAIXÃO, Luciano de Pontes. O uso de recursos didáticos no ensino de História para deficientes visuais. Revista Benjamin Constant, n. 50, 2012. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/revistabenzaminconstant/index.php/b3njc0nst/article/viewFile/9/21>.

PROFETA, Mary da Silva. A inclusão do aluno com deficiência visual no ensino regular. São Paulo: Vetor, 2007.

Programa Arumã: Formação de Professores Em Educação Especial. **Atendimento de Educacional Especializado**. Manaus: IFAM - APOEMA, 2018.

Ropoli, Edilene Aparecida [et.al.]. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2010.

Sá, Elizabet Dias; CAMPOS, Izilda Maria, SILVA, Myriam Beatriz Campolina. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

Art. 208 da Constituição Federal de 1988 <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-208>

Declaração de Salamanca 1994 <http://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca>.

DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm)

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Artigo 58. Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96. <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96#art-58>

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>.